GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA FAZENDA

Colégio M0001 | Sala 0001 | Ordem 0001

Novembro/2026

Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina – SEFAZ/SC
Concurso Público para o Provimento de Vagas Para o Cargo de Auditor Estadual de Finanças Públicas
Ciências Econômicas

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

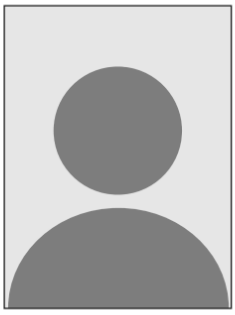
Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: TIPO-001

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA 2: PROVA OBJETIVA
Conhecimentos Específicos



INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Platão, discípulo de Sócrates, criou a Teoria das Ideias e fundou a Academia de Atenas.

- Verifique se este caderno contém 100 questões numeradas de 1 a 100.
  Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Economia do Setor Público

1. Existem algumas situações no mundo real que dificultam a obtenção da produção ótima através do setor privado, o que leva à necessidade da intervenção do governo na alocação dos recursos, como forma de solucionar uma falha de mercado. Uma dessas situações envolve bens que têm como características principais a não exclusividade e a não rivalidade, caracterizada por:

(A) Mercados imperfeitos.

(B) Externalidades.

(C) Custos de produção decrescentes.

(D) Indivisibilidade do produto.

(E) Riscos e incertezas na oferta dos bens.

---

2. O governo pode ofertar um conjunto de bens e serviços desejados pela sociedade que não são providos pelo sistema privado, ou que são providos, mas não de forma suficiente para atender as reais necessidades da demanda. Esse conjunto de bens envolve "bens públicos puros", "bens sociais" e "bens econômicos". Em relação a esse conjunto de bens, observe as assertivas a seguir:

I. Os "bens públicos puros" têm como característica a divisibilidade desses bens.

II. Os "bens sociais" têm a característica da não rivalidade em seu consumo.

III. Os "bens econômicos" dependem da renda dos indivíduos para seu consumo.

IV. Serviços de saúde, educação e habitação são exemplos de "bens públicos puros".

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) III e IV.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) II e IV.

(E) II e III.

---

3. Impostos e subsídios criados com o objetivo de corrigir as falhas de mercado ocasionadas pelas externalidades são denominados impostos corretivos, também conhecidos como impostos de Pigou. Com relação a esses impostos,

(A) um subsídio corretivo ideal deve ser inferior ao benefício externo gerado pela externalidade negativa.

(B) o imposto corretivo ideal deve ser superior ao custo externo gerado pela externalidade negativa.

(C) o imposto de Pigou, diferentemente de outros impostos, não gera peso morto.

(D) o imposto deve ser inferior ao benefício externo gerado pela externalidade negativa.

(E) um subsídio corretivo ideal deve ser superior ao benefício externo gerado pela externalidade positiva.

---

4. O princípio da equidade fiscal busca garantir que o sistema de arrecadação de tributos seja justo na distribuição da carga tributária entre os cidadãos da sociedade. Nesse sentido, o princípio no qual os contribuintes com a mesma capacidade econômica devem pagar o mesmo valor de impostos é o princípio da

(A) Equidade horizontal.

(B) Equidade vertical.

(C) Neutralidade.

(D) Capacidade contributiva.

(E) Tributação ótima.

---

5. Considerando as alterações realizadas pela Constituição Federal de 1988 no sistema tributário nacional brasileiro, são tributos de competências de arrecadação tributária por parte dos Governos Estaduais:

(A) Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação; ISS.

(B) ICMS; IPVA.

(C) Imposto sobre Vendas de Combustíveis Líquidos e Gasosos a Varejo; ITR.

(D) Imposto de Importação; IOF.

(E) Imposto sobre Grandes Fortunas; Imposto de Transmissão *Inter Vivos*.

---

6. Uma economia hipotética apresenta os seguintes dados em sua contabilidade nacional: Investimento Público = $ 500; Investimento Privado = $ 1000; Poupança Privada = $ 600; Poupança Pública = $ 300; Poupança externa = $ 600. Considerando esses dados da Conta Capital, e a abordagem pelo financiamento, é possível identificar o Déficit Público, que será de:

(A) 300

(B) 200

(C) 400

(D) 500

(E) Zero

7. Na apuração do resultado das contas públicas, existem regras bem definidas, como:

I. As despesas com Pessoal e Encargos Sociais são consideradas no cálculo do resultado primário e do resultado nominal.

II. Juros, Encargos e Variações Monetárias são consideradas no cálculo do resultado primário.

III. Receitas com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria são consideradas no cálculo do resultado primário, mas não sensibilizam o resultado nominal.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e III.

(B) II.

(C) III.

(D) I e II.

(E) I.

8. Um dos principais documentos legais que compõem a Reforma Tributária é a Lei Complementar nº 214/2025, que estabelece as regras gerais, alíquotas-teste e funcionamento dos novos tributos, sobre a qual é correto afirmar:

(A) A CBS é de competência dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

(B) Quanto à fixação das alíquotas-padrão, a União fixará a alíquota do IBS.

(C) São imunes ao IBS e à CBS as exportações de bens e de serviços.

(D) O IBS e a CBS não incidem sobre o fornecimento de brindes e bonificações.

(E) Considera-se local da operação com serviço de transporte de passageiros, o local final do transporte.

9. Os sistemas de tributação se diferenciam de acordo com a carga tributária que impõem as diferentes camadas de renda da sociedade. Nesse contexto, o sistema

(A) progressivo torna a distribuição de renda menos desigual.

(B) regressivo beneficia as camadas de menor renda da sociedade.

(C) proporcional tende a beneficiar as camadas de maior renda da sociedade.

(D) progressivo faz com que o percentual de imposto diminua com o aumento de renda.

(E) regressivo faz com que o percentual de imposto aumente com o aumento de renda.

10. Quanto à apuração do resultado do setor público, considere as assertivas abaixo:

I. O método “acima da linha” é obtido pela variação total da dívida líquida.

II. O método “abaixo da linha” apura o resultado fiscal pela diferença entre estoques.

III. Outras despesas correntes não são consideradas no cálculo “acima da linha”.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II.

(B) I.

(C) III.

(D) I e II.

(E) II e III.

Macroeconomia

11. Em uma economia aberta com governo, o fluxo circular da renda apresentou os seguintes dados em determinado ano:

- Poupança privada: ..... R$ 300 bilhões
- Tributos líquidos de transferências: ..... R$ 150 bilhões
- Investimento privado: ..... R$ 280 bilhões
- Gastos do governo: ..... R$ 180 bilhões
- Exportações: ..... R$ 200 bilhões

Com base nesses dados, o valor das importações compatível com o equilíbrio entre vazamentos e injeções foi de

(A) R$ 30 bilhões.

(B) R$ 210 bilhões.

(C) R$ 510 bilhões.

(D) R$ 360 bilhões.

(E) R$ 810 bilhões.

12. Um país com economia aberta e com governo registrou, em determinado ano, Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado de R$ 8 trilhões. Nesse mesmo ano, as rendas de fatores de produção enviadas ao exterior somaram R$ 150 bilhões, enquanto as rendas de fatores de produção recebidas do exterior totalizaram R$ 90 bilhões. Nessas condições, o Produto Nacional Bruto (PNB) a preços de mercado desse país foi de

(A) R$ 8,09 trilhões.

(B) R$ 7,85 trilhões.

(C) R$ 7,94 trilhões.

(D) R$ 8,06 trilhões.

(E) R$ 7,76 trilhões.

13. Uma economia apresenta relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB) de 70%, taxa de juros real incidente sobre a dívida de 5% ao ano e taxa de crescimento real do PIB de 2% ao ano. Considerando a aproximação usual da restrição orçamentária do governo para a dinâmica da relação dívida/PIB e supondo que os déficits sejam financiados por emissão de títulos públicos, sem emissão de moeda, o resultado primário necessário para manter estável essa relação corresponde a um superávit, em proporção do PIB, de

(A) 1,4%.

(B) 2,1%.

(C) 3,0%.

(D) 4,9%.

(E) 3,5%.

14. Em determinado período, a soma do valor adicionado a preços básicos de todas as atividades econômicas de um país totalizou R$ 9,2 trilhões. Nesse mesmo período, os impostos sobre produtos somaram R$ 1,15 trilhão e os subsídios sobre produtos concedidos pelo governo somaram R$ 300 bilhões. O Produto Interno Bruto a preços de mercado desse período foi de

(A) R$ 10,05 trilhões.

(B) R$ 8,90 trilhões.

(C) R$ 8,35 trilhões.

(D) R$ 9,50 trilhões.

(E) R$ 10,35 trilhões.

15. Em uma economia aberta com governo, os dados de determinado ano indicam:

- Poupança privada: ..... R$ 900 bilhões
- Investimento privado: ..... R$ 750 bilhões
- Déficit orçamentário do governo: ..... R$ 100 bilhões

O déficit orçamentário do governo é entendido como o excesso de gastos sobre a arrecadação líquida de transferências. Considerando a identidade macroeconômica que relaciona os saldos dos setores privado e público ao saldo externo, e supondo inexistentes rendas e transferências unilaterais com o exterior, o resultado das exportações líquidas dessa economia foi um

(A) déficit de R$ 100 bilhões.

(B) déficit de R$ 250 bilhões.

(C) superávit de R$ 150 bilhões.

(D) superávit de R$ 250 bilhões.

(E) superávit de R$ 50 bilhões.

16. Em um modelo keynesiano simples, a função consumo de uma economia é dada por $C = 200 + 0{,}75\ Yd$, em que C é o consumo agregado e Yd a renda disponível, ambos em bilhões de reais. Nesse modelo, à medida que a renda disponível se eleva de R$ 800 bilhões para R$ 1,6 trilhão, o comportamento da propensão média a consumir é

(A) crescente, pois o consumo autônomo passa a representar parcela cada vez maior da renda disponível.

(B) decrescente, pois a propensão marginal a consumir também diminui à medida que a renda disponível se eleva.

(C) decrescente, pois o consumo autônomo perde peso na renda disponível, embora a propensão marginal a consumir permaneça constante.

(D) constante e igual à propensão marginal a consumir, dado que a função consumo é linear na renda disponível.

(E) decrescente, tendendo a zero à medida que a renda disponível cresce indefinidamente.

17. Em determinado ano, uma economia registrou investimento bruto de R$ 500 bilhões e depreciação do estoque de capital de R$ 650 bilhões. Nessas condições, o investimento líquido dessa economia nesse ano foi

(A) positivo em R$ 1,15 trilhão.

(B) positivo em R$ 500 bilhões.

(C) positivo em R$ 150 bilhões.

(D) negativo em R$ 150 bilhões.

(E) negativo em R$ 650 bilhões.

18. Em uma economia fechada e sem tributação, a função consumo é C = 100 + 0,8Y, em que C representa o consumo e Y é a renda, ambos expressos em bilhões de reais. O investimento é autônomo e igual a R$ 150 bilhões, e os gastos do governo são de R$ 250 bilhões. Nessa economia, o nível de renda de equilíbrio no qual a demanda agregada se iguala à renda gerada é de

(A) R$ 500 bilhões.

(B) R$ 1,75 trilhão.

(C) R$ 1,25 trilhão.

(D) R$ 2,00 trilhões.

(E) R$ 2,50 trilhões.

19. Considere um modelo keynesiano simples de determinação do produto de equilíbrio de uma economia aberta e com governo, no qual o investimento, os gastos do governo, os tributos, as exportações e as importações são autônomos, isto é, fixos e independentes do nível de renda. Mantido constante o consumo autônomo, um aumento na propensão marginal a poupar das famílias provoca

(A) redução do nível de renda de equilíbrio, sem alteração do volume de poupança privada efetivamente realizado.

(B) redução do nível de renda de equilíbrio e aumento do volume de poupança privada efetivamente realizado.

(C) aumento do nível de renda de equilíbrio, em razão da maior disposição das famílias a poupar.

(D) alteração nula do nível de renda de equilíbrio, pois o aumento da poupança privada é absorvido por maior déficit do governo.

(E) redução do nível de renda de equilíbrio, sem alteração do valor do multiplicador keynesiano.

20. Em determinado mercado monetário, a demanda por moeda (L) é dada por L = 0,5Y − 10.000i, em que L e a renda agregada (Y) estão expressas em bilhões de reais e i é a taxa de juros nominal anual. Se a oferta de moeda for de R$ 400 bilhões e o nível de renda for de R$ 1 trilhão, a taxa de juros de equilíbrio no mercado monetário será de

(A) − 1% ao ano.

(B) 6% ao ano.

(C) 4% ao ano.

(D) 1% ao ano.

(E) 9% ao ano.

21. No modelo IS−LM, em uma situação de armadilha da liquidez, na qual a demanda por moeda se torna extremamente sensível a variações na taxa de juros, um aumento na oferta de moeda promovido pela autoridade monetária tende a

(A) reduzir a taxa de juros e expandir o produto, tal como ocorre quando a curva LM é vertical.

(B) deslocar a curva IS para a direita, elevando o produto sem alterar a taxa de juros.

(C) manter inalterados a taxa de juros e o produto, pois a moeda adicional é retida em saldos ociosos.

(D) reduzir a taxa de juros de forma mais acentuada do que em condições normais, estimulando o investimento.

(E) reduzir a taxa de juros sem afetar o produto, pois o investimento se torna insensível à taxa de juros.

22. O Produto Interno Bruto (PIB) nominal de um país passou de R$ 1 trilhão, em determinado ano-base, para R$ 1,2 trilhão no ano seguinte. Nesse mesmo período, o deflator implícito do PIB passou de 100 para 120 (ano-base = 100). Com base nesses dados, o PIB real do país no segundo ano, a preços do ano-base, foi de

(A) R$ 1,44 trilhão.

(B) R$ 960,00 bilhões.

(C) R$ 1,00 trilhão.

(D) R$ 1,20 trilhão.

(E) R$ 833,33 bilhões.

23. Em comparação com um índice de preços ao consumidor, cuja cesta de bens é fixa e definida em um período-base, o deflator implícito do Produto Interno Bruto (PIB) é calculado com base em uma cesta de bens e serviços que

(A) acompanha a composição corrente da produção doméstica e exclui os bens importados.

(B) inclui os bens importados consumidos pelas famílias, tal como o índice de preços ao consumidor.

(C) é ponderada pelas quantidades do período-base.

(D) abrange apenas os bens de consumo final das famílias, excluindo investimento e gastos do governo.

(E) abrange também os bens intermediários, pois mede os preços de toda a produção bruta da economia.

24. Um título de renda fixa oferece uma taxa de juros nominal de 15% ao ano, em um contexto de taxa de inflação de 10% ao ano. Considerando a relação exata (e não a aproximação linear) entre as taxas de juros nominal e real e a taxa de inflação, a taxa de juros real anual desse título correspondeu, aproximadamente, a

(A) 13,64%.

(B) 25,00%.

(C) 5,00%.

(D) 4,55%.

(E) 4,35%.

25. Em um contexto de elevação persistente da taxa de inflação, o aumento da frequência com que os agentes econômicos precisam se dirigir a instituições financeiras, para manter em caixa apenas o mínimo necessário às suas transações e assim minimizar as perdas de poder de compra da moeda, é um custo da inflação classificado como custo de

(A) menu, associado à necessidade de reprecificação frequente de bens e serviços pelas empresas.

(B) sola de sapato, associado à redução dos saldos monetários reais mantidos pelos agentes.

(C) variabilidade da inflação, associado à maior incerteza sobre os rendimentos reais de ativos nominais.

(D) distorção tributária, decorrente da falta de indexação do sistema de impostos à inflação.

(E) ilusão monetária, associado a erros dos agentes ao distinguir valores nominais de valores reais.

26. Considere um sistema bancário no qual a razão reserva-depósito (encaixe) mantida pelos bancos comerciais é de 20% e o público não retém papel-moeda, mantendo a totalidade de seus meios de pagamento em depósitos à vista. Nessas condições, um aumento de R$ 100 bilhões na base monetária provocará uma expansão dos meios de pagamento (M1) da ordem de

(A) R$ 400 bilhões.

(B) R$ 100 bilhões.

(C) R$ 120 bilhões.

(D) R$ 20 bilhões.

(E) R$ 500 bilhões.

27. De acordo com a teoria quantitativa da moeda, considerando-se estável a velocidade de circulação da moeda, se a quantidade de moeda em circulação crescer 12% ao ano e o produto real da economia crescer 4% ao ano, a taxa de inflação implícita nesse modelo será de, aproximadamente,

(A) 48%.

(B) 8%.

(C) 12%.

(D) 16%.

(E) 3%.

28. Considere que a taxa de câmbio nominal seja de R$ 5,00 por dólar americano e que a taxa de câmbio real seja medida como o preço relativo dos bens americanos em termos de bens brasileiros. Se o índice de preços dos Estados Unidos é 100 e o índice de preços do Brasil é 125, ambos com a mesma base, o valor da taxa de câmbio real é igual a

(A) 0,80

(B) 5,00

(C) 4,80

(D) 4,00

(E) 6,25

29. Considere um regime de câmbio fixo em que exista um déficit no balanço de pagamentos, o que pressiona a moeda doméstica à depreciação. Para manter a paridade cambial estabelecida, a autoridade monetária deve

(A) atender ao excesso de demanda por moeda estrangeira com recursos das reservas internacionais, o que contrai a base monetária doméstica.

(B) deixar a taxa de câmbio flutuar até que o balanço de pagamentos se reequilibre, sem intervir no mercado.

(C) fixar limites quantitativos às importações, uma vez que a intervenção no mercado de câmbio é vedada nesse regime.

(D) vender títulos públicos para esterilizar a perda de reservas, mantendo constante a base monetária.

(E) reduzir os recolhimentos compulsórios dos bancos, de modo a ampliar a oferta de divisas no mercado de câmbio.

30. No âmbito do Sistema Financeiro Nacional, a competência para formular a política da moeda e do crédito e para fixar as diretrizes e normas da política cambial, sem exercer funções executivas de implementação dessas políticas no mercado, pertence

(A) ao Banco Central do Brasil, autarquia que supervisiona a política monetária e fiscaliza as instituições financeiras.

(B) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, principal agente de financiamento de longo prazo do governo federal.

(C) à Comissão de Valores Mobiliários, autarquia responsável pela regulação e fiscalização do mercado de capitais.

(D) à Superintendência da Moeda e do Crédito, órgão subordinado ao Ministro da Fazenda e encarregado do controle do mercado monetário.

(E) ao Conselho Monetário Nacional, cujas decisões são executadas, em grande parte, pelo Banco Central do Brasil.

Microeconomia

31. Em um mercado competitivo, as curvas de demanda e de oferta de um bem são dadas, respectivamente, por $D(p) = 120 - 4p$ e $S(p) = -30 + 6p$, em que p é o preço. Se o preço estiver fixado em $p = 10$, haverá excesso de

(A) oferta de 50 unidades, e o equilíbrio do mercado ocorre ao preço de 15, com 60 unidades transacionadas.

(B) demanda de 50 unidades, e o equilíbrio do mercado ocorre ao preço de 15, com 60 unidades transacionadas.

(C) demanda de 50 unidades, e o equilíbrio do mercado ocorre ao preço de 9, com 84 unidades transacionadas.

(D) demanda de 20 unidades, e o equilíbrio do mercado ocorre ao preço de 15, com 60 unidades transacionadas.

(E) demanda de 30 unidades, e o equilíbrio do mercado ocorre ao preço de 12, com 72 unidades transacionadas.

32. Considere um mercado competitivo em que a quantidade ofertada de um bem independe do preço, de modo que a curva de oferta é vertical, e a curva de demanda tem inclinação negativa. Nesse mercado,

(A) o preço de equilíbrio é determinado pelas condições de oferta e a quantidade de equilíbrio pelas condições de demanda.

(B) um deslocamento da curva de demanda para a direita eleva tanto o preço quanto a quantidade de equilíbrio.

(C) um imposto fixo cobrado dos ofertantes por unidade vendida é repassado aos consumidores por meio de um preço mais alto.

(D) o preço e a quantidade de equilíbrio são determinados conjuntamente pelas curvas de oferta e de demanda.

(E) a quantidade de equilíbrio é determinada pelas condições de oferta, e o preço de equilíbrio, pelas condições de demanda.

33. Mantidas constantes as demais condições, a curva de demanda de mercado de um bem X desloca-se para a esquerda quando

(A) aumenta o preço de um bem complementar a X.

(B) diminui o preço do próprio bem X.

(C) diminui a renda dos consumidores, sendo X um bem inferior.

(D) aumenta o preço de um bem substituto de X.

(E) diminui o custo dos insumos usados na produção de X.

34. Em um mercado competitivo de aluguel de salas comerciais, com curvas de demanda e de oferta de inclinações usuais, os proprietários vendem 20 salas que estavam alugadas, deixando de ofertá-las para aluguel, e elas são compradas pelos próprios inquilinos que as ocupavam, que deixam de demandar aluguel. Mantidas as demais condições, em relação ao equilíbrio anterior, o aluguel de equilíbrio

(A) aumenta e a quantidade de salas alugadas diminui em menos de 20.

(B) diminui e a quantidade de salas alugadas diminui em menos de 20.

(C) e a quantidade de salas alugadas permanecem inalterados.

(D) permanece inalterado e a quantidade de salas alugadas diminui em 20.

(E) aumenta e a quantidade de salas alugadas diminui em 20.

35. Em um mercado competitivo de um bem normal, ocorrem simultaneamente um aumento da renda dos consumidores e um deslocamento da curva de oferta para a direita. Sem informação sobre a magnitude dos deslocamentos, é correto afirmar que a quantidade de equilíbrio

(A) aumenta e o preço de equilíbrio aumenta.

(B) aumenta e o preço de equilíbrio diminui.

(C) aumenta, mas o efeito sobre o preço de equilíbrio é indeterminado.

(D) tem variação indeterminada, mas o preço de equilíbrio aumenta.

(E) aumenta e o preço de equilíbrio permanece inalterado.

36. A demanda de mercado de um bem é dada por $q = 100 - 2p$. A elasticidade-preço da demanda no preço $p = 20$ e o preço em que essa elasticidade é unitária, em valor absoluto, são, respectivamente,

(A) $-2/3$ e 25.

(B) $-3/2$ e 25.

(C) -2 e 25.

(D) $-2/3$ e 50.

(E) $-0,4$ e 25.

37. No preço vigente, a elasticidade-preço da demanda de um bem é igual a $-0,5$. Para um pequeno aumento do preço, mantidas as demais condições, a receita total dos vendedores

(A) diminui, porque a quantidade demandada diminui quando o preço aumenta.

(B) não se altera, porque a elasticidade é menor do que 1 em valor absoluto.

(C) diminui, porque a demanda é elástica nesse ponto da curva.

(D) aumenta, e a receita marginal correspondente ao nível de produção vigente é positiva.

(E) aumenta, porque a quantidade demandada cai, em termos percentuais, menos do que o preço sobe.

38. A oferta de mercado de curto prazo de um bem é dada por $QS = 50P$. Considere a ocorrência de um aumento do salário pago pelas empresas que desloca a oferta para $QS = 40P$. A elasticidade-preço da oferta ao preço $P = 12$, antes e depois do aumento salarial, é, respectivamente,

(A) 50 e 40.

(B) 1 e 0,8.

(C) 1 e 1.

(D) 0,02 e 0,025.

(E) 1 e 1,25.

39. Uma empresa em concorrência perfeita tem, no curto prazo, custo total $CT(y) = 100 + 4q + q^2$, em que 100 é o custo fixo, e custo marginal $CMg(y) = 4 + 2q$. Se o preço de mercado é 28, a quantidade que maximiza o lucro e o lucro correspondente são, respectivamente,

(A) 12 unidades e 144.

(B) 24 unidades e -100.

(C) 14 unidades e 40.

(D) 12 unidades e 44.

(E) 12 unidades e 92.

40. Uma empresa em concorrência perfeita, no curto prazo, identifica que, ao preço de mercado de 8, a quantidade em que o preço se iguala ao custo marginal, no trecho ascendente desse, é de 100 unidades. Nesse nível de produção, o custo médio total é 10 e o custo variável médio é 7. A decisão que maximiza o lucro da empresa é

(A) encerrar as operações, porque o preço é inferior ao custo médio total.

(B) produzir 100 unidades, com prejuízo de 200, menor que o prejuízo de encerrar as operações, de 300.

(C) encerrar as operações, porque o prejuízo de produzir, de 300, supera o de encerrar, de 200.

(D) produzir 100 unidades, porque o preço supera o custo variável médio, com lucro de 100.

(E) encerrar ou produzir, indiferentemente, porque o custo fixo é incorrido nos dois casos.

41. No curto prazo, a curva de oferta de uma empresa em concorrência perfeita corresponde

(A) ao trecho ascendente da curva de custo marginal situado acima da curva de custo variável médio.

(B) a toda a curva de custo marginal, inclusive seu trecho descendente.

(C) ao trecho ascendente da curva de custo marginal situado acima da curva de custo fixo médio.

(D) ao trecho da curva de custo variável médio situado acima de seu ponto mínimo.

(E) ao trecho ascendente da curva de custo médio total situado acima de seu ponto mínimo.

42. Um monopolista enfrenta a curva de demanda inversa $p = 100 - 2q$ e tem custo marginal constante igual a 20. A quantidade e o preço que maximizam seu lucro são, respectivamente,

(A) 40 e 20.

(B) 20 e 20.

(C) 25 e 50.

(D) 10 e 80.

(E) 20 e 60.

43. Um monopolista com custo marginal constante igual a 40 enfrenta uma curva de demanda com elasticidade-preço constante igual a -3. Se o governo instituir um imposto de 10 por unidade vendida, recolhido pelo monopolista, o preço que maximiza o lucro antes do imposto e o aumento desse preço após o imposto serão, respectivamente,

(A) 60 e 5.

(B) 120 e 30.

(C) 60 e 15.

(D) 60 e 10.

(E) 40 e 10.

44. Em uma indústria em concorrência monopolística, com produtos diferenciados e livre entrada de empresas, é correto afirmar que

(A) cada empresa, por vender produto semelhante ao das demais, toma o preço como dado e produz onde o preço se iguala ao custo marginal.

(B) cada empresa enfrenta curva de demanda negativamente inclinada e escolhe a produção em que a receita marginal se iguala ao custo marginal, com preço acima do custo marginal.

(C) o lucro econômico positivo das empresas estabelecidas tende a se manter, porque a diferenciação de produto impede a entrada de novas empresas.

(D) a entrada de novas empresas desloca a curva de demanda de cada empresa estabelecida para a direita e a torna menos elástica.

(E) no curto prazo, cada empresa obtém lucro econômico nulo, em razão da livre entrada de novas empresas.

45. Duas empresas idênticas, com custo marginal nulo, competem escolhendo simultaneamente as quantidades a produzir, segundo o modelo de Cournot. A demanda inversa de mercado é $p = 120 - Q$, em que $Q = q1 + q2$. No equilíbrio de Cournot, a quantidade produzida por empresa e o preço de mercado são, respectivamente,

(A) 30 e 60.

(B) 60 e 0.

(C) 60 e 60.

(D) 40 e 40.

(E) 40 e 80.

Métodos Quantitativos e Avaliação de Impacto

46. Após ajustar, por mínimos quadrados, o modelo de regressão linear simples $y_i = \alpha + \beta x_i + e_i$, um analista examina o gráfico dos resíduos $\hat{e}_i = y_i - \hat{y}_i$ contra os valores x_i para verificar se as suposições do modelo são satisfeitas. Sobre a interpretação desse gráfico, é correto afirmar que

(A) resíduos cuja dispersão em torno de zero aumenta à medida que x cresce sugerem, sobretudo, que os erros não seguem distribuição normal.

(B) uma observação com resíduo muito afastado dos demais sugere erro de medida, devendo ser descartada antes de se reestimar o modelo.

(C) resíduos que formam um padrão curvilíneo sistemático em torno de zero sugerem que a forma linear é inadequada, devendo-se procurar outra função para a relação.

(D) resíduos distribuídos aleatoriamente em torno de zero, numa faixa de largura aproximadamente constante, indicam que o coeficiente β é estatisticamente diferente de zero.

(E) a normalidade dos erros fica confirmada quando o gráfico mostra que a média dos resíduos é igual a zero.

47. O modelo populacional nota $= \beta0 + \beta1$horas $+ \beta2$renda $+$ u, em que horas é o número de horas semanais de reforço escolar e renda é a renda familiar, satisfaz as hipóteses que garantem a ausência de viés do estimador de MQO, com $\beta1 = 3$ e $\beta2 = 4$. Por falta de dados, um analista estima a regressão simples de nota sobre horas, omitindo renda. Na amostra, o coeficiente angular da regressão de renda sobre horas é 0,5. O valor esperado do estimador do coeficiente de horas na regressão simples, condicional aos regressores, é

(A) 3, pois a omissão de uma variável relevante afeta apenas a variância do estimador.

(B) 1, pois o viés de variável omitida é negativo quando a variável omitida tem efeito positivo.

(C) 2, que corresponde ao viés de variável omitida.

(D) 7, pois o efeito da variável omitida soma-se integralmente ao de horas.

(E) 5, pois a omissão gera viés positivo.

---

48. Um analista estima, por máxima verossimilhança, o modelo logit $P(y = 1 \mid x) = G(\beta0 + \beta1x1 + \beta2x2)$, em que $G(z) = e^z/(1 + e^z)$ e x1 e x2 são variáveis contínuas. As estimativas são $\hat{\beta}1 = 0{,}8$ e $\hat{\beta}2 = -0{,}4$. Sabendo que a derivada de G no ponto $z = 0$ é igual a 0,25, é correto afirmar que

(A) um aumento unitário de x1 eleva a probabilidade de $y = 1$ em 0,8, para quaisquer valores das variáveis explicativas.

(B) no ponto em que $\hat{\beta}0 + \hat{\beta}1x1 + \hat{\beta}2x2 = 0$, o efeito parcial de x1 sobre a probabilidade é igual a 0,2, e a razão entre os efeitos parciais de x1 e de x2 é -2 em qualquer ponto.

(C) o efeito parcial de x1 sobre a probabilidade de $y = 1$ é constante, como no modelo de probabilidade linear.

(D) as probabilidades ajustadas pelo modelo podem ser negativas ou maiores que 1 para valores extremos das variáveis explicativas.

(E) o sinal do efeito parcial de x2 sobre a probabilidade de $y = 1$ depende dos valores de x1 e x2, podendo ser positivo para alguns indivíduos.

---

49. Um analista dispõe de uma amostra de n observações e deseja estimar o erro padrão da mediana amostral, para a qual não dispõe de fórmula analítica adequada. Para isso, decide usar o método *bootstrap*. O procedimento correto consiste em

(A) sortear, sem reposição, B amostras de tamanho n-1 a partir dos dados originais, calcular a mediana de cada uma e tomar o desvio padrão das B medianas como estimativa do erro padrão.

(B) sortear, com reposição, B amostras de tamanho n-1 a partir dos dados originais, calcular a mediana de cada uma e tomar a média das B medianas como estimativa do erro padrão.

(C) sortear, com reposição, B amostras de tamanho n a partir dos dados originais, calcular a mediana de cada uma e tomar o desvio padrão das B medianas como estimativa do erro padrão.

(D) sortear, com reposição, B amostras de tamanho n a partir dos dados originais, calcular a mediana de cada uma e dividir o desvio padrão das B medianas por $\sqrt{B}$.

(E) sortear, sem reposição, B amostras de tamanho n-1 a partir dos dados originais, calcular a média das medianas de cada uma e dividir o desvio padrão das B medianas por $\sqrt{B}$.

---

50. Um programa de redução da evasão escolar foi implantado em 2024 nos municípios de uma região (grupo tratado), mas não nos de outra (grupo de controle). As taxas médias de evasão, em %, foram:

Grupo	2023 (antes)	2025 (depois)
Tratado	40	34
Controle	30	28

Pelo método de diferenças-em-diferenças, o efeito estimado do programa sobre a taxa de evasão dos municípios tratados e a hipótese de identificação são, respectivamente,

(A) -6 pontos percentuais, sob a hipótese de que não houve outras mudanças na região tratada entre 2023 e 2025.

(B) $+6$ pontos percentuais, sob a hipótese de que os dois grupos são comparáveis no período posterior ao programa.

(C) -4 pontos percentuais, sob a hipótese de que os dois grupos tinham o mesmo nível de evasão antes do programa.

(D) -4 pontos percentuais, sob a hipótese de que, sem o programa, a evasão nos dois grupos teria evoluído de forma paralela.

(E) $+4$ pontos percentuais, sob a hipótese de que, sem o programa, a evasão nos dois grupos teria evoluído de forma paralela.

51. Uma secretaria concede bolsa de estudos a todos os alunos com nota igual ou superior a 600 em um exame, e a nenhum aluno com nota inferior. Para avaliar o efeito da bolsa sobre o desempenho futuro, um pesquisador emprega regressão com descontinuidade, comparando alunos com notas logo acima e logo abaixo do corte. Nesse desenho,

(A) o efeito estimado é um efeito médio local, para alunos com nota próxima de 600, e sua validade requer que os resultados potenciais esperados variem de forma contínua na nota de corte.

(B) a regra de concessão faz do desenho um caso *fuzzy*, em que a nota de corte é usada como variável instrumental para a concessão da bolsa.

(C) o efeito estimado pode ser generalizado para todos os alunos, inclusive os de nota muito superior ao corte, porque a regra de concessão é conhecida.

(D) uma concentração anormal de alunos com nota logo acima de 600 reforça a validade do desenho, por ampliar o número de observações junto ao corte.

(E) a validade requer que a regra de concessão seja arbitrária e desconhecida dos alunos, para que o corte não se relacione com o desempenho.

---

52. Na avaliação de um programa de qualificação profissional com dados observacionais, um analista utiliza pareamento por escore de propensão (PSM). Sobre esse método, é correto afirmar que

(A) o pareamento pelo escore corrige também o viés de seleção decorrente de características não observadas dos participantes.

(B) o escore é obtido pela regressão, por mínimos quadrados, da variável de resultado nas covariáveis, e são pareadas unidades com o mesmo resultado previsto.

(C) duas unidades com o mesmo escore, uma tratada e outra não, têm probabilidades distintas de participação, e a diferença entre seus resultados mede o viés de seleção.

(D) a falta de unidades de controle com escore elevado é irrelevante, pois cada tratado pode ser pareado com o controle de escore mais próximo, qualquer que seja a distância.

(E) o escore é a probabilidade condicional de participação, dadas as covariáveis observadas, usualmente estimada por *logit* ou *probit,* e o método requer suporte comum entre tratados e controles.

---

53. Para avaliar uma política adotada por um estado, um pesquisador aplica o método de controle sintético. O controle sintético obtido atribui peso 0,6 ao estado A, peso 0,4 ao estado B e peso zero aos demais estados do grupo doador. No primeiro ano após a política, a variável de resultado foi 50 no estado tratado, 60 no estado A e 40 no estado B. Considerando esse método, o efeito estimado da política nesse ano e uma característica do método são, respectivamente,

(A) −2; os pesos são escolhidos para minimizar a distância entre o estado tratado e o controle sintético no período posterior à política.

(B) −2; os pesos são não negativos, somam um e são escolhidos para que o controle sintético reproduza as características do estado tratado no período anterior à política.

(C) zero; o contrafactual é a média simples dos resultados dos estados do grupo doador com peso positivo.

(D) −2; os pesos podem ser negativos, o que permite extrapolar para além do suporte dos dados das unidades de controle.

(E) +2; a inferência se baseia no erro padrão amostral do estimador, o que dispensa exercícios de placebo com as unidades do grupo doador.

---

54. Na análise *ex ante* de uma política pública, foram identificados um investimento inicial de R$ 100 mil, no momento zero, e benefícios monetizados de R$ 66 mil ao fim do primeiro ano e de R$ 72,6 mil ao fim do segundo ano. Antes da análise, já haviam sido gastos R$ 30 mil em estudos preliminares, valor que não pode ser recuperado em nenhuma hipótese. Utilizando taxa social de desconto real de 10% ao ano, o valor presente líquido da política, em R$ mil, é

(A) 20

(B) −10

(C) 38,6

(D) 26

(E) 8,6

55. Com dados de uma amostra de municípios, foram estimadas por mínimos quadrados ordinários as seguintes regressões lineares simples, em que arrec é a arrecadação municipal de ISS, em R$ mil, aud é o número de auditores fiscais do município, pib é o PIB municipal, em R$ milhões, e log é o logaritmo natural:

I. $\log(\text{arrec}) = 3{,}2 + 0{,}04\ \text{aud}$

II. $\log(\text{arrec}) = 1{,}5 + 0{,}8\ \log(\text{pib})$

Com base nas estimativas, é correto afirmar que

(A) em I, um auditor a mais associa-se à arrecadação cerca de 0,04% maior; em II, PIB 1% maior associa-se à arrecadação cerca de 0,8% maior.

(B) em I, um auditor a mais associa-se ao logaritmo da arrecadação cerca de 4% maior; em II, PIB 1% maior associa-se à arrecadação cerca de 0,8% maior.

(C) em I, um auditor a mais associa-se à arrecadação cerca de 4% maior; em II, PIB 1% maior associa-se à arrecadação cerca de 80% maior.

(D) em I, um auditor a mais associa-se à arrecadação cerca de 4% maior; em II, PIB 1% maior associa-se à arrecadação cerca de 0,8% maior.

(E) em I, um auditor a mais associa-se à arrecadação cerca de 4% maior; em II, PIB R$ 1 milhão maior associa-se à arrecadação cerca de 0,8% maior.

Avaliação econômica de projetos e Conhecimentos em concessões e parcerias público-privada

56. A elaboração do fluxo de caixa, no âmbito da Avaliação de Projetos, exige a observância de premissas conceituais específicas, dentre elas as relacionadas à análise determinística. Quanto aos conceitos e às limitações desse tipo de análise, analise as afirmações a seguir:

I. A análise determinística utiliza valores definidos para as variáveis do projeto. Embora possa ser complementada por análises de sensibilidade e de cenários, não representa, por si só, a distribuição probabilística dos resultados associados às incertezas.

II. Os custos afundados *(sunk costs)*, por serem irreversíveis e já terem sido incorridos, devem ser desconsiderados dos fluxos de caixa futuros utilizados na tomada de decisão sobre a continuidade ou execução do projeto.

III. A vida útil de um projeto é determinada exclusivamente pela vida útil física dos ativos empregados, devendo coincidir, necessariamente, com o período de depreciação contábil das máquinas e dos equipamentos.

IV. O valor residual corresponde à expectativa de valor de venda ou liquidação dos ativos ao final do horizonte econômico do projeto e, quando positivo, deve ser considerado como entrada de caixa no período final da análise.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I, II e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

57. Sobre as etapas de elaboração e análise de projetos de investimento contidas em um Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira,

(A) a análise técnica define a exequibilidade física e legal do projeto, enquanto a análise econômica afere o fluxo de caixa, o retorno e a exposição de risco.

(B) a fase de estudo de mercado é dispensável caso o projeto apresente um orçamento paramétrico baseado no Custo Unitário Básico (CUB) fornecido pelo setor.

(C) o diagnóstico urbanístico e ambiental deve ser realizado apenas após a captação de recursos financeiros e a assinatura dos contratos de execução da obra.

(D) a análise do cenário contrafactual pressupõe a eliminação de todos os custos de oportunidade para evitar a sobreposição de premissas fiscais nos tributos.

(E) o cronograma físico-financeiro deve ser estruturado de forma independente do fluxo de caixa livre para evitar distorções nas taxas nominais de desconto.

58. Na estruturação do fluxo de caixa operacional de um projeto de investimento, parâmetros econômico-financeiros precisam ser corretamente dimensionados para refletir a real movimentação de caixa do negócio. Dentre esses parâmetros,

(A) a Depreciação é um desembolso financeiro direto que reduz a disponibilidade de caixa líquida do projeto a cada período operacional trabalhado.

(B) o Investimento em Capital de Giro é um gasto a fundo perdido que deve ser amortizado como despesa operacional fixa ao longo da vida do projeto.

(C) o Valor Residual deve ser inserido no fluxo de caixa do ano inicial (Ano 0) como uma redução direta do montante de investimento em máquinas e instalações.

(D) a Depreciação gera benefício fiscal ao reduzir o lucro tributável, devendo ser somada ao lucro líquido para apurar o fluxo de caixa operacional.

(E) o Capital de Giro Inicial é recuperado no último ano do projeto pelo seu valor nominal acrescido das taxas de inflação contábil dos impostos indiretos.

59. Uma empresa avalia a implantação de uma nova linha produtiva que exige investimento inicial no Ano 0 de R$ 100.000,00. O projeto gerará fluxos de caixa livres operacionais constantes de R$ 35.000,00 ao ano durante 4 anos (Anos 1 a 4). A Taxa Mínima de Atratividade (TMA) estipulada pela empresa é de 10% ao ano.

O quadro a seguir apresenta os fatores de desconto de valor presente (1 + i) – n para a taxa de 10% a.a:

Ano (n)	Fluxo de Caixa (FCn) (em R$)	Fator de Desconto (1,10)-n	Valor Presente (VP) (em R$)
0	100.000,00	1,0000	100.000,00
1	35.000,00	0,9091	31.818,50
2	35.000,00	0,8264	28.924,00
3	35.000,00	0,7513	26.295,50
4	35.000,00	0,6830	23.905,00

Com base nesses dados e na metodologia do Valor Presente Líquido (VPL), o valor do VPL (em R$) e a decisão recomendada são, respectivamente:

(A) VPL = 40.000,00; o projeto deve ser rejeitado, pois o retorno nominal não cobre a depreciação acumulada dos ativos.

(B) VPL = – 110.943,00; o projeto é inviável, pois a taxa interna de retorno é estritamente inferior à inflação acumulada do período.

(C) VPL = 10.943,00; o projeto é viável economicamente, pois adiciona valor à empresa acima do custo de oportunidade.

(D) VPL = 110.943,00; o projeto deve ser aceito sob a condição de que a taxa de desconto seja elevada para 20% no segundo ano.

(E) VPL = 0,00; o projeto está em zona de indiferença estrita, sendo impossível apurar o acréscimo de riqueza dos acionistas.

60. A respeito da composição da Taxa Mínima de Atratividade (TMA) no Modelo de Precificação de Ativos de Capital (CAPM), tem-se:

(A) A taxa de juros nominal de mercado descarta a expectativa de inflação, acumulando apenas os prêmios de liquidez e risco de crédito.

(B) Pela equação de Fisher, se a taxa nominal de capital for de 12% a.a. e a inflação prevista for de 9% a.a., a taxa real será exatamente de 3% a.a.

(C) O modelo CAPM calcula o custo do capital próprio somando o prêmio de risco do mercado à taxa Selic e multiplicando pelo indicador de liquidez corrente.

(D) A TMA de um projeto empresarial deve ser idêntica para todas as divisões do negócio, independentemente das variações de risco setorial.

(E) Pelo CAPM o retorno esperado do capital próprio aumenta proporcionalmente ao risco não diversificável (β) do ativo.

61. Projeções de fluxos de caixa em projetos contêm incertezas inerentes aos parâmetros adotados. Para testar a resistência dos indicadores econômicos, os analistas empregam as técnicas de análise de sensibilidade e de cenários, concluindo que

(A) a análise de sensibilidade univariada altera todas as variáveis críticas simultaneamente para avaliar a interação estocástica dos custos fixos.

(B) o valor de inflexão (ou ponto crítico) indica o limite de variação que uma variável crítica pode sofrer até que o Valor Presente Líquido (VPL) do projeto se torne igual a zero.

(C) se uma variação de ±1% em uma variável provocar alteração de 0,1% no Valor Presente Líquido (VPL), essa variável é classificada como estritamente crítica.

(D) a análise de cenários é restrita a projetos sociais, sendo metodologia imperfeita quando utilizada em projetos de infraestrutura, pelo modelo de governança dos cinco casos.

(E) um resultado de projeto é considerado frágil quando mais de 90% dos cenários simulados mantêm a sinalização de viabilidade econômica.

62. Na avaliação de um projeto de investimento industrial, realizou-se uma Simulação de Monte Carlo com 10.000 iterações.

O quadro abaixo resume os resultados estatísticos gerados para três níveis de Taxa Mínima de Atratividade – TMA (valores monetários em R$).

Indicador/Estatística	Mínimo	Valor Esperado (Média)	Mediana	Desvio Padrão	Probabilidade de Insucesso
VPL* (TMA = 10,06%)	420.622,68	3.795.556,33	3.747.187,94	1.105.882,94	0,00% (VPL < 0)
VPL (TMA = 15,06%)	– 465.731,40	2.316.078,88	2.275.964,47	873.178,20	0,40% (VPL < 0)
VPL (TMA = 20,06%)	– 1.056.002,52	1.212.294,23	1.185.106,02	709.057,84	4,37% (VPL < 0)
TIR (%)	13,12%	27,79%	27,71%	4,29%	3,57% (TIR** < 20,06%)

* VPL = Valor Presente Líquido
** TIR = Taxa Interna de Retorno

Com base nos dados probabilísticos expostos no quadro,

(A) o projeto deve ser prontamente rejeitado sob a TMA de 20,06%, visto que o valor mínimo negativo do VPL anula a média esperada.

(B) a Simulação de Monte Carlo substitui os critérios de VPL e TIR por índices qualitativos sem suporte estatístico das variáveis contínuas.

(C) o desvio padrão do VPL aumenta à medida que a TMA se eleva, demonstrando que juros maiores reduzem o risco absoluto do projeto.

(D) o projeto apresenta baixa probabilidade de VPL negativo nas simulações realizadas, mantendo a probabilidade de insucesso abaixo de 5% em todas as TMAs analisadas.

(E) a probabilidade de a TIR ficar abaixo de 20,06% é de 27,79%, o que inviabiliza a aprovação do empreendimento perante o conselho.

63. Em investimentos caracterizados por elevada incerteza e volatilidade, o Fluxo de Caixa Descontado (FCD) pode apresentar limitações ao não mensurar esse valor estratégico. Ao considerarmos os conceitos de avaliação de investimentos sob incerteza como a Teoria das Opções Reais e o modelo de Black-Scholes concluímos que

(A) o Modelo de Opções Reais reconhece que a volatilidade do projeto pode adicionar valor ao capturar o ganho contido na flexibilidade de gerenciar decisões futuras.

(B) a opção de expandir um projeto equivale formalmente a uma opção financeira de venda (*put option*), em que o preço de exercício é o fluxo futuro.

(C) o FCD tradicional tende a superestimar o valor de projetos com opções implícitas porque considera a volatilidade das receitas como um fator nulo.

(D) na adaptação de Black-Scholes para opções reais, o valor presente dos fluxos de caixa operacionais esperados corresponde ao preço de exercício da opção.

(E) uma opção real só possui valor econômico se for exercida no exato momento da assinatura do contrato inicial do investimento inicial fase zero.

64. Considere o projeto social “Aprendizes”, cujos dados, expressos em valores presentes e descontados à taxa de 5% a.a., constam do quadro a seguir:

Componente do Projeto Social	Valor Presente em t_0 (em R$)
Valor Presente do Benefício Total (VPBT)	50.000.000,00
Custo Contábil Direto	3.000.000,00
Custo de Oportunidade (instalações e tempo dos alunos)	7.000.000,00
Valor Presente do Custo Total (VPCT)	10.000.000,00

Com base nesses dados e na metodologia de avaliação econômica de projetos sociais, o Valor Presente Líquido Social (VPLS), a Razão Benefício – Custo (B/C) e a respectiva conclusão sobre o projeto são, respectivamente,

(A) VPLS = R$ 47.000.000,00 e Razão B/C = 16,67; o projeto é inviável, pois desconsiderou o custo de oportunidade no denominador.

(B) VPLS = – R$ 40.000.000,00 e Razão B/C = 0,20; o projeto é economicamente inviável e gera perda líquida para a sociedade.

(C) VPLS = R$ 40.000.000,00 e Razão B/C = 5,00; o projeto é viável, gerando R$ 5,00 de benefício social bruto para cada R$ 1,00 de custo econômico.

(D) VPLS = R$ 50.000.000,00$ e Razão B/C = 1,00; o projeto está em zona de indiferença estrita do retorno de investimento produtivo.

(E) VPLS = R$ 40.000.000,00$ e Razão Custo-Efetividade = 0,20; o indicador substitui a taxa interna de retorno em projetos com grupo de controle.

65. Na avaliação socioeconômica de projetos públicos e de infraestrutura, os preços de mercado podem não refletir o custo de oportunidade social devido a distorções fiscais e externalidades, portanto, é usual a mobilização de conceitos como o de Preços Sombra e a Taxa Social de Desconto. No contexto da avaliação socioeconômica,

(A) o Valor Financeiro Presente Líquido inclui as externalidades ambientais não monetizadas para mensurar o ganho do bem-estar social.

(B) os impostos e tarifas governamentais representam custos econômicos líquidos para a sociedade, devendo ser contados em dobro no cálculo do Valor Social Presente Líquido.

(C) em condições de desemprego involuntário, o Preço-Sombra da mão de obra é necessariamente nulo, pois o trabalhador não possui custo de oportunidade.

(D) a geração de empregos diretos por um projeto público é contabilizada como benefício econômico bruto no cálculo do excedente social da intervenção.

(E) o Valor Social Presente Líquido ajusta os fluxos a Preços-Sombra e aplica a Taxa Social de Desconto para aferir a contribuição líquida ao bem-estar.

---

66. A Estrutura a Termo das Taxas de Juros (ETTJ) estabelece a relação entre as taxas de retorno de títulos de renda fixa e os seus respectivos prazos de vencimento. A respeito dessa modelagem e de seus fundamentos teóricos, analise as afirmações a seguir:

I. As taxas *spot* (à vista) obtidas na ETTJ permitem descontar cada fluxo de caixa específico de um projeto pela taxa correspondente ao seu respectivo prazo de ocorrência.

II. A Teoria das Expectativas Puras sustenta que as taxas de longo prazo refletem as expectativas do mercado acerca das taxas de curto prazo futuras, não havendo, no modelo, um prêmio de liquidez ou de prazo.

III. A ETTJ pressupõe que as taxas de juros para prazos curtos (como 1 ano) e longos (como 30 anos) devam ser rigorosamente idênticas em qualquer cenário macroeconômico.

IV. A taxa de juros futura (*forward rate*) é calculada pela divisão direta entre a taxa de inflação corrente e a alíquota de Imposto de Renda incidente sobre o título.

Está correto o que se afirma em:

(A) I e II, apenas.

(B) III e IV, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

---

67. Um analista de investimentos está avaliando a sensibilidade do preço de um título de renda fixa em carteira frente a oscilações nas taxas de juros de mercado. As análises prévias indicam que o título possui uma Duration de Macaulay de 4,40 anos e sua taxa de rendimento até o vencimento (y) é de 10,0% a.a. (com capitalização anual).

Considerando a fórmula da *Duration* Modificada $D_{Mod} = D_{Mac}/(1 + y)$, o valor da *Duration* Modificada desse título e a sua interpretação prática é:

(A) 4,40; indicando que a *Duration* Modificada é sempre equivalente à *Duration de Macaulay* para títulos com cupons anuais.

(B) 4,00; indicando que uma elevação de 1 ponto percentual na taxa de juros reduz o preço do título em aproximadamente 4,00%.

(C) 4,84; indicando que uma variação positiva na taxa de juros aumenta o preço presente do ativo na proporção de 4,84%.

(D) 0,44; indicando que o título possui baixíssima sensibilidade, variando seu preço em apenas 0,44% para cada choque de 10%.

(E) 3,96; indicando que o prazo de recuperação do capital investido diminui em 3,96 unidades após o desconto do cupom inicial.

Conhecimento em Concessões e Parcerias Público-Privada

68. Um estado pretende delegar à iniciativa privada três projetos de infraestrutura, cujos modelos de remuneração foram estruturados da seguinte forma:

Projeto I: a concessionária será remunerada por tarifas cobradas dos usuários, além de receitas decorrentes da exploração de espaços publicitários, estacionamentos e projetos associados previstos no edital e no contrato. Não haverá pagamento de contraprestação pecuniária pelo estado.

Projeto II: a concessionária cobrará tarifas dos usuários, mas os estudos econômico-financeiros demonstraram que a receita tarifária não será suficiente para assegurar a viabilidade do empreendimento. O contrato prevê, por isso, o pagamento periódico de contraprestação pecuniária pelo estado.

Projeto III: o particular será responsável pela implantação, manutenção e operação de infraestrutura destinada à prestação continuada de serviços para uso da Administração. Sua remuneração será integralmente realizada pelo estado, conforme indicadores de desempenho previstos no contrato, sem cobrança de tarifas dos usuários.

Considerando as características econômico-financeiras dos projetos e o regime jurídico estabelecido pela Lei nº 11.079/2004, os modelos de delegação correspondem, respectivamente, a concessão

(A) patrocinada, concessão administrativa e concessão onerosa.

(B) administrativa, concessão consorciada e concessão subvencionada.

(C) administrativa, concessão administrativa e concessão patrocinada, pois a existência de contraprestação estatal no Projeto II não altera a natureza da concessão administrativa.

(D) de risco, concessão compartilhada e concessão comum.

(E) comum, concessão patrocinada e concessão administrativa.

---

69. Durante a execução de um contrato de concessão de serviço público, foi criado, após a apresentação da proposta pela concessionária, novo encargo legal incidente sobre a atividade objeto da concessão. A concessionária comprovou que a medida produziu impacto econômico sobre a relação contratual originalmente estabelecida. O contrato também prevê receitas provenientes da exploração de espaços comerciais e de projetos associados à concessão.

Considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995 relativas à política tarifária e à preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão,

(A) a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá assegurar a manutenção da margem de rentabilidade projetada pela concessionária na apresentação da proposta, ainda que os critérios contratuais de revisão tarifária adotem parâmetros distintos.

(B) a revisão tarifária destinada à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá observar a periodicidade definida no contrato para os mecanismos de atualização das tarifas, de modo a preservar a uniformidade temporal entre reajustes e revisões.

(C) a criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, ocorrida após a apresentação da proposta, poderá ensejar a revisão da tarifa, para mais ou para menos, quando comprovado seu impacto, ressalvados os impostos sobre a renda.

(D) as receitas alternativas, complementares, acessórias ou provenientes de projetos associados, quando previstas no contrato, não poderão ser consideradas na definição dos mecanismos de revisão tarifária.

(E) a alteração unilateral do contrato que afete seu equilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada da correspondente recomposição, a ser promovida pela concessionária mediante os mecanismos de revisão previstos contratualmente.

---

70. O órgão regulador avalia dois modelos para a estrutura tarifária de uma concessão de infraestrutura.

No Modelo I, a tarifa é revista com base nos custos considerados eficientes pelo regulador e na remuneração da base de ativos reconhecida na prestação do serviço.

No Modelo II, estabelece-se uma trajetória tarifária que não acompanha automaticamente os custos efetivamente incorridos pela concessionária, incorporando expectativas de produtividade e mecanismos de revisão periódica.

Considerando os efeitos econômicos dos dois modelos:

(A) O Modelo I e o Modelo II produzem os mesmos incentivos econômicos, diferenciando-se apenas quanto à periodicidade com que o regulador atualiza a tarifa.

(B) O Modelo I proporciona maiores incentivos à redução de custos porque qualquer redução obtida pela concessionária será automaticamente incorporada à tarifa, enquanto o Modelo II elimina esses incentivos ao fixar previamente os preços.

(C) O Modelo II elimina a necessidade de revisão tarifária, pois a definição inicial do teto de preços torna desnecessária qualquer reavaliação das condições econômicas da concessão.

(D) O Modelo I tende a transferir maior parcela do risco de variação dos custos para os usuários, enquanto o Modelo II tende a atribuir maior responsabilidade à concessionária pela gestão de seus custos, fortalecendo os incentivos à eficiência.

(E) O Modelo II transfere integralmente aos usuários o risco de ineficiência da concessionária, pois a tarifa é determinada com base nos custos efetivamente realizados durante o período regulatório.

71. O regulador adota o regime de *price cap* para uma concessão de distribuição de energia elétrica. No início do ciclo regulatório, é estabelecida uma trajetória tarifária que incorpora a inflação e um fator X, destinado a refletir ganhos de produtividade esperados para o período. Durante a execução do ciclo, a concessionária obtém redução de custos superior àquela considerada na definição da trajetória tarifária, sem que tenha ocorrido alteração das premissas regulatórias aplicáveis ao período.

Considerando a lógica econômica da regulação por *price cap* e a alocação dos ganhos de eficiência durante o ciclo regulatório é correto afirmar que a

(A) redução de custos deve ser imediatamente refletida na tarifa, pois a apropriação de ganhos de eficiência pela concessionária durante o ciclo regulatório descaracteriza a finalidade do fator X e compromete a modicidade tarifária.

(B) redução de custos não produz efeitos sobre os incentivos regulatórios durante o ciclo, pois o fator X já incorpora integralmente os ganhos de produtividade esperados, independentemente do desempenho efetivamente alcançado pela concessionária.

(C) possibilidade da concessionária apropriar-se, durante o ciclo regulatório, de parcela dos ganhos decorrentes de redução de custos é compatível com a lógica de incentivos do *price cap*, sem prejuízo dos mecanismos de revisão e de eventual compartilhamento de ganhos previstos no regime regulatório.

(D) redução de custos superior aos ganhos de produtividade projetados recomenda a substituição do *price cap* pela regulação baseada nos custos efetivamente incorridos, de modo que os ganhos de eficiência sejam imediatamente incorporados à estrutura tarifária.

(E) obtenção de ganhos de eficiência superiores aos incorporados no fator X exige a revisão da trajetória tarifária durante o ciclo, para que a diferença entre os custos realizados e os custos projetados seja imediatamente repassada aos usuários.

---

72. Durante fiscalização da execução de um contrato de concessão de serviço público, o órgão regulador constatou que parte da execução de obra vinculada à implantação ou expansão da infraestrutura necessária à prestação do serviço concedido estava sendo realizada por empresa contratada pela concessionária. A documentação fiscalizada demonstrou que a empresa terceirizada não recebeu qualquer direito sobre a concessão, não manteve relação contratual com o poder concedente e executava a parcela da obra sob coordenação e responsabilidade da concessionária. Não foram identificados elementos que caracterizassem transferência da concessão ou subconcessão.

Considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995 relativas à contratação de terceiros, tem-se que a

(A) fiscalização deve determinar a interrupção da contratação, pois a execução de parcela da obra vinculada ao serviço concedido constitui atividade inerente à concessão e, por isso, sua realização por terceiro caracteriza transferência parcial do objeto concedido.

(B) contratação pode ser admitida, inclusive quando envolver atividade inerente ao serviço concedido, desde que não implique transferência da concessão, permanecendo a concessionária responsável pela execução do serviço perante o poder concedente, os usuários e terceiros.

(C) contratação é admissível apenas se a parcela executada pela empresa terceirizada tiver natureza acessória ou complementar, pois atividades inerentes ao serviço concedido somente podem ser realizadas diretamente pela concessionária.

(D) contratação pode ser admitida, mas a empresa terceirizada passa a responder diretamente perante o poder concedente pela parcela da obra que executa, em razão da assunção material de obrigações relacionadas ao serviço concedido.

(E) contratação deve ser qualificada como subconcessão sempre que terceiro assumir materialmente parcela da execução do serviço, ainda que permaneça sem vínculo contratual com o poder concedente.

---

73. Durante a execução de uma concessão de serviço público, a concessionária realizou investimentos em bens vinculados à prestação do serviço. Com a extinção da concessão, verificou-se que parte desses investimentos ainda não havia sido amortizada ou depreciada.

À luz da Lei nº 8.987/1995, sobre a extinção da concessão e seus efeitos patrimoniais, é correto afirmar:

(A) Postergam o retorno dos bens reversíveis ao poder concedente até a conclusão dos levantamentos e avaliações destinados à apuração dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados.

(B) Implica o retorno dos bens reversíveis ao poder concedente, com eventual indenização pelos investimentos ainda não amortizados ou depreciados, nos termos da legislação e do contrato.

(C) Condicionam o retorno dos bens reversíveis ao poder concedente ao prévio pagamento da indenização correspondente aos investimentos ainda não amortizados ou depreciados.

(D) Asseguram à concessionária indenização correspondente à totalidade dos investimentos realizados nos bens reversíveis, ainda que parte desses investimentos já tenha sido amortizada ou depreciada durante a execução contratual.

(E) Não produz a reversão dos bens vinculados à prestação do serviço quando a concessionária comprovar que seu valor econômico já foi integralmente recuperado durante a execução contratual.

74. No exercício de suas atribuições, um órgão da Administração Pública foi chamado a analisar a extinção de quatro contratos distintos de concessão de serviço público. Em cada processo administrativo, a área técnica indicou previamente a hipótese de extinção que entendia aplicável:

- Contrato A – rescisão.
- Contrato B – advento do termo contratual.
- Contrato C – caducidade.
- Contrato D – encampação.

Ao examinar os processos, o órgão identificou as seguintes situações:

I. O prazo estabelecido no contrato chegou ao fim, sem antecipação de sua extinção.

II. O poder concedente decidiu retomar o serviço durante a vigência da concessão, em razão de interesse público.

III. A concessionária deixou de cumprir obrigações contratuais relevantes, após a observância do procedimento administrativo previsto em lei.

IV. A concessionária pretendeu extinguir o contrato em razão de descumprimentos contratuais atribuídos ao poder concedente.

À luz da Lei nº 8.987/1995, a correta correlação entre os contratos A, B, C e D e as suas respectivas situações de extinção é:

(A) III – II – IV – I.

(B) I – IV – II – III.

(C) II – III – I – IV.

(D) III – IV – II – I.

(E) IV – I – III – II.

75. Durante a execução de uma concessão de serviço público, o poder concedente adotou intervenção para assegurar a adequada prestação do serviço. Posteriormente, foram examinadas as consequências jurídicas da intervenção e do descumprimento contratual pelo poder concedente.

À luz da Lei nº 8.987/1995, analise

I. Se constatado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares, sua nulidade deverá ser declarada, com imediata devolução do serviço à concessionária, sem prejuízo do direito à indenização.

II. Cessada a intervenção sem extinção da concessão, a administração do serviço é devolvida à concessionária, após a prestação de contas pelo interventor, permanecendo a responsabilidade desse pelos atos praticados durante sua gestão.

III. Verificado o descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, a concessionária poderá promover a rescisão da concessão mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, ficando autorizada a interromper ou paralisar os serviços a partir do ajuizamento da ação.

Está correto o que se afirma em:

(A) I e II, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) I, II e III.

(D) II, apenas.

(E) III, apenas.

76. Um ente federativo pretende celebrar parceria público-privada (PPP) para implantação e prestação continuada de um serviço público. O projeto apresenta as seguintes características:

- valor estimado do contrato: R$ 8 milhões;
- prazo de concessão: 3 anos;
- objeto: execução de obra pública e posterior prestação do serviço;
- remuneração: contraprestação pecuniária do poder público, complementada por receitas tarifárias.

Nos termos da Lei nº 11.079/2004, tem-se que a contratação

(A) é plenamente admissível quanto ao objeto, à forma de remuneração, ao valor do contrato e ao prazo de concessão.

(B) poderia ser estruturada como PPP em razão da natureza do objeto e da forma de remuneração, desde que o prazo contratual fosse ajustado, permanecendo o valor indicado compatível com a modalidade.

(C) é inviável em razão do objeto e da forma de remuneração, ainda que o prazo e o valor do contrato, considerados isoladamente, não impedissem a adoção da modalidade.

(D) apresenta objeto e forma de remuneração compatíveis com uma PPP, mas o valor contratual e o período de prestação do serviço não atendem aos requisitos mínimos estabelecidos pela legislação.

(E) é inviável em razão do prazo e da execução da obra antes do início da prestação do serviço, pois a PPP não admite obras realizadas previamente à disponibilização do serviço.

77. Um ente federativo pretende celebrar parceria público-privada (PPP) para prestação continuada de serviço público, mediante contrato com valor estimado de R$ 180 milhões e prazo de 25 anos. No exercício anterior, as despesas de caráter continuado decorrentes dos contratos de PPP vigentes corresponderam a 4,6% da receita corrente líquida do ente. Para os dez exercícios seguintes, as projeções oficiais indicam que essas despesas alcançarão 5,3% da receita corrente líquida projetada. Sem alteração das demais condições fiscais, pretende-se celebrar a nova parceria. Diante disso, tem-se que a

(A) contratação da nova parceria fica vedada, pois a projeção das despesas futuras já ultrapassa o limite legal aplicável às PPPs.

(B) vedação à concessão de garantias pela União ou à realização de transferências voluntárias somente se aplica quando as despesas de PPP ultrapassarem o limite de 5% no exercício anterior e, cumulativamente, nas projeções dos dez exercícios seguintes.

(C) contratação permanece possível, inclusive com garantia da União, pois o percentual apurado no exercício anterior permanece inferior ao limite legal.

(D) contratação de parceria público-privada é admitida, desde que o prazo seja maior do que 5 e menor do que 20 anos e estejam demonstradas a conveniência e a oportunidade do projeto.

(E) superação do limite projetado impede a União de conceder garantia ou realizar transferência voluntária ao ente federativo, sem que o art. 28, por si só, estabeleça vedação à contratação da PPP pelo ente.

78. Um ente público pretende contratar empresa para implementar medidas destinadas à redução de despesas correntes. A contratação será estruturada pelo critério de maior retorno econômico, com parâmetros objetivos para mensuração da economia durante a execução.

Nos termos do art. 39 da Lei nº 14.133/2021, tem-se que

(A) a remuneração do contratado será calculada mediante percentual incidente sobre a economia estimada na proposta.

(B) o retorno econômico, para fins de julgamento, corresponde à economia efetivamente obtida, deduzida a proposta de preço apresentada pelo licitante.

(C) a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida será deduzida da remuneração do contratado, quando não alcançada a economia prevista.

(D) os parâmetros utilizados para mensurar a economia durante a execução contratual serão definidos pelo contratado, de acordo com a metodologia apresentada em sua proposta.

(E) não sendo alcançada a economia contratada, caso a diferença supere o limite máximo estabelecido, o contratado ficará sujeito às sanções cabíveis, sem aplicação da dedução sobre sua remuneração.

79. Em uma licitação regida pela Lei nº 14.133/2021, três licitantes permaneceram empatados após a apresentação de novas propostas em disputa final. Na avaliação do desempenho contratual prévio, um deles apresentou desempenho inferior, enquanto os outros dois permaneceram empatados. Entre esses, apenas um desenvolvia ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamentação aplicável.

Considerando a ordem dos critérios de desempate prevista na Lei nº 14.133/2021, o desempate deverá ocorrer mediante

(A) aplicação da avaliação do desempenho contratual prévio e, persistindo o empate entre os licitantes com desempenho equivalente, verificação das ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.

(B) verificação das ações de equidade entre homens e mulheres, por constituir critério específico de responsabilidade social, seguida da avaliação do desempenho contratual prévio, se necessário.

(C) realização de nova disputa entre os dois licitantes com desempenho contratual equivalente, antes da aplicação dos demais critérios de desempate.

(D) escolha, pela Administração, entre a avaliação do desempenho contratual prévio e as ações de equidade, desde que o critério escolhido seja aplicado de forma uniforme.

(E) avaliação das ações de equidade entre homens e mulheres e, caso persista o empate, aplicação do programa de integridade, sem necessidade de considerar o desempenho contratual prévio.

80. Em uma licitação para contratação de serviços e fornecimento de equipamentos destinados à modernização de instalações públicas, a Administração pretende considerar aspectos ambientais na avaliação das propostas.

Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, considere as seguintes afirmativas:

I. Na definição do menor dispêndio, podem ser considerados os custos indiretos relacionados ao impacto ambiental do objeto ao longo de seu ciclo de vida, desde que objetivamente mensuráveis, conforme regulamentação aplicável.

II. A comprovação de práticas ambientais pelo licitante autoriza a Administração a conceder-lhe margem de preferência, ainda que o objeto da contratação não se enquadre nas hipóteses previstas no art. 26 da Lei nº 14.133/2021.

III. Persistindo o empate após a aplicação dos demais critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, será observada a preferência legal às empresas que comprovem a prática de medidas de mitigação das mudanças climáticas, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.

(B) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) II e III, apenas.

Finanças Públicas e Responsabilidade Fiscal

81. Em observância ao princípio da universalidade, a Lei nº 4.320/1964 determina que a Lei de Orçamento compreenda todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. Ao elaborar o projeto de lei orçamentária de um Estado, a equipe técnica listou os ingressos previstos para o exercício seguinte. De acordo com a mesma lei, deve deixar de ser computado como receita no projeto o ingresso decorrente de

(A) alienação de imóvel do patrimônio estadual, especificamente autorizada pelo Poder Legislativo em forma que possibilite sua realização no exercício.

(B) financiamento de longo prazo contratado com organismo multilateral para execução de obras, amparado em autorização legislativa específica.

(C) cobrança da dívida ativa tributária inscrita em exercícios anteriores, acrescida das respectivas multas e juros de mora.

(D) empréstimo de curto prazo destinado a cobrir insuficiência momentânea de caixa, a ser quitado dentro do próprio exercício.

(E) transferência a ser recebida da União, em decorrência de convênio, para aquisição de equipamentos hospitalares.

---

82. Durante a elaboração do projeto de lei orçamentária anual (LOA) de um Estado, a equipe técnica propôs consignar dotação para a construção de um hospital regional cuja execução se estenderá por três exercícios financeiros. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), essa dotação somente poderá constar da LOA se houver

(A) previsão do investimento no plano plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

(B) previsão do investimento na lei de diretrizes orçamentárias do exercício a que se refere a LOA.

(C) inclusão da totalidade do custo da obra na dotação do primeiro exercício, vedado o seu fracionamento.

(D) demonstração de que a obra consta do Anexo de Metas Fiscais, com as respectivas metas de resultado.

(E) estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos três exercícios de execução, dispensada a previsão no plano plurianual.

---

83. Um Estado registrou, em determinado exercício, os seguintes ingressos:

- Operação de crédito de longo prazo, autorizada em lei, contratada no mercado interno: R$ 400 milhões.
- Alienação de imóveis: R$ 150 milhões.
- Aluguéis recebidos pela locação de imóveis do Estado: R$ 10 milhões.
- Amortização de empréstimos concedidos pelo Estado: R$ 60 milhões.
- Juros recebidos sobre esses empréstimos: R$ 20 milhões.
- Transferência recebida da União, por meio de convênio, para construção de escola: R$ 90 milhões.

Além disso, o balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes do exercício indicou superávit do orçamento corrente de R$ 200 milhões. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o montante a ser registrado como receitas de capital na execução orçamentária corresponde a

(A) R$ 610 milhões.

(B) R$ 700 milhões.

(C) R$ 720 milhões.

(D) R$ 710 milhões.

(E) R$ 900 milhões.

---

84. Considere as seguintes despesas previstas no orçamento de um Estado:

I. Aquisição de imóvel já em utilização, para instalação de uma unidade administrativa.

II. Aquisição de imóvel considerado necessário à realização de obra de duplicação de rodovia.

III. Conservação e adaptação do prédio de uma escola estadual.

IV. Aquisição de ações de empresa já constituída, sem que a operação importe aumento do capital da empresa.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e com a Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001, quanto ao grupo de natureza da despesa, as despesas I, II, III e IV classificam-se, respectivamente, como

(A) investimentos, investimentos, outras despesas correntes e inversões financeiras.

(B) inversões financeiras, inversões financeiras, outras despesas correntes e inversões financeiras.

(C) inversões financeiras, investimentos, outras despesas correntes e inversões financeiras.

(D) investimentos, inversões financeiras, investimentos e inversões financeiras.

(E) outras despesas correntes, inversões financeiras, investimentos e investimentos.

85. Um órgão estadual pretende entregar numerário a um servidor para a realização de despesas que, por sua natureza, não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a concessão desse adiantamento

(A) dispensa o empenho, uma vez que a despesa será comprovada posteriormente por meio da prestação de contas do servidor.

(B) exige prévio empenho, mas a entrega do numerário depende da prévia comprovação, pelo servidor, das despesas realizadas.

(C) exige prévio empenho, admitida a concessão a servidor em alcance, desde que o novo adiantamento seja inferior ao débito pendente.

(D) pode alcançar as despesas definidas em ato do ordenador, dispensada a previsão legal dos casos sujeitos a esse regime.

(E) deve ser precedida de empenho na dotação própria e não pode beneficiar servidor que seja responsável por dois adiantamentos.

86. Em determinado exercício, um Estado pretende abrir créditos suplementares e especiais e dispõe das seguintes informações:

- Ativo financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior: R$ 900 milhões.
- Passivo financeiro apurado no mesmo balanço: R$ 600 milhões.
- Excesso de arrecadação apurado pelas diferenças acumuladas mês a mês no exercício corrente, considerada a tendência do exercício: R$ 250 milhões.
- Créditos extraordinários abertos no exercício corrente: R$ 80 milhões.
- Anulação parcial de dotações orçamentárias, autorizada em lei: R$ 40 milhões.
- Produto de operação de crédito autorizada em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-la: R$ 100 milhões.
- Superávit do orçamento corrente previsto para o exercício: R$ 120 milhões.

Considerando que nenhum desses recursos está comprometido e que não há créditos adicionais reabertos nem operações de crédito a eles vinculadas, o montante máximo de recursos disponíveis para a abertura desses créditos, nos termos da Lei nº 4.320/1964, é de

(A) R$ 610 milhões.

(B) R$ 730 milhões.

(C) R$ 690 milhões.

(D) R$ 770 milhões.

(E) R$ 1,21 bilhão.

87. Ao final do exercício de 2026, a contabilidade de um Estado examinou as situações a seguir, com o respectivo tratamento proposto.

I. Despesa empenhada e liquidada em novembro de 2026 e não paga até 31 de dezembro de 2026: inscrição em restos a pagar processados.

II. Despesa empenhada em 2026 à conta de crédito com vigência plurienal que se encerra em 2027, não liquidada até 31 de dezembro de 2026: inscrição em restos a pagar não processados em 2026.

III. Compromisso relativo a serviço prestado em 2025, reconhecido somente após o encerramento daquele exercício: pagamento à conta de dotação específica de despesas de exercícios anteriores, discriminada por elemento.

IV. Restos a pagar com prescrição interrompida: pagamento à conta da dotação original do exercício em que foram empenhados, reaberta no orçamento vigente.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, está correto o tratamento proposto APENAS em

(A) I.

(B) III.

(C) I e III.

(D) II e III.

(E) III e IV.

88. Em 2026, um Estado contratou operação de crédito de R$ 200 milhões, cujo produto foi destinado, pela lei autorizativa, à construção de determinada rodovia estadual. Os recursos foram integralmente liberados pela instituição financeira em 2026, e R$ 50 milhões permaneceram em caixa, sem aplicação, ao final do exercício. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), esse saldo

(A) permanece vinculado a essa obra, ainda que sua aplicação ocorra em exercício posterior ao do ingresso.

(B) pode ser aplicado em finalidade diversa a partir de 2027, pois a vinculação alcança apenas o exercício em que ocorreu o ingresso.

(C) pode ser aplicado em outra obra rodoviária do Estado, pois a vinculação se refere à natureza da despesa, e não a um objeto específico.

(D) deve ser restituído à instituição financeira credora, pois não foi aplicado no exercício em que os recursos foram liberados.

(E) pode custear despesas de pessoal da secretaria responsável pela obra, pois a vinculação alcança o órgão executor dos recursos.

89. A equipe de planejamento de um Estado está elaborando o Anexo de Metas Fiscais que integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2028. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), esse anexo deverá conter

(A) demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo, comparando-as com as fixadas nos dois exercícios anteriores.

(B) evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com operações de crédito.

(C) avaliação do cumprimento das metas relativas aos dois anos anteriores ao da elaboração do projeto.

(D) intervalos de tolerância de 0,25 ponto percentual do PIB para a verificação do cumprimento da meta de resultado primário.

(E) metas anuais, em valores correntes e constantes, de receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para 2028, 2029 e 2030.

---

90. Ao elaborar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a equipe técnica de um Estado identificou duas situações: uma ação judicial movida por servidores que pleiteiam o pagamento de diferenças remuneratórias, cujo desfecho é incerto, e a possibilidade de o Estado ter de honrar garantia concedida em operação de crédito contratada por empresa estatal. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), essas situações devem ser

(A) listadas no Anexo de Metas Fiscais, que deve evidenciar o impacto de cada uma delas sobre as metas de resultado do exercício.

(B) avaliadas em anexo próprio da LDO, com a indicação das providências a serem tomadas caso se concretizem, podendo a reserva de contingência da LOA destinar-se a seu atendimento.

(C) registradas em anexo que acompanha o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), com a indicação das dotações específicas que as atenderão caso se concretizem.

(D) examinadas em anexo específico da LDO, destinando-se a seu atendimento a reserva de contingência, cujo montante é definido com base na receita total prevista.

(E) computadas na dívida consolidada do Estado, para fins de verificação dos limites de endividamento no Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

---

91. O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de um Estado para 2028 propõe que as despesas com investimentos em infraestrutura financiados por operações de crédito sejam desconsideradas na apuração da meta de resultado primário, sob o argumento de que tais gastos não comprometem a sustentabilidade fiscal. À luz da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na redação vigente, essa proposta é

(A) compatível com a lei, pois a LDO pode fixar critérios próprios de apuração da meta de resultado primário, desde que evidenciados no Anexo de Metas Fiscais.

(B) incompatível com a lei, pois a retirada de despesas do cálculo da meta cabe à Lei Orçamentária Anual (LOA), mediante demonstrativo de compatibilidade com o Anexo de Metas Fiscais.

(C) incompatível com a lei, que proíbe a LDO de retirar qualquer despesa primária do cálculo da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

(D) compatível com a lei, pois despesas custeadas com operações de crédito afetam o resultado nominal, sem integrar a apuração do resultado primário.

(E) compatível com a lei, pois a vedação legal alcança as despesas obrigatórias, sendo admitida a exclusão de despesas discricionárias como os investimentos.

---

92. Durante a apreciação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), a comissão competente da Assembleia Legislativa constatou que a previsão de receita do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias desconsiderou os efeitos de lei estadual, já sancionada, que ampliou a base de cálculo do tributo. Nessa situação, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a reestimativa da receita pelo Poder Legislativo é

(A) vedada, pois a estimativa das receitas do ente constitui atribuição reservada ao Poder Executivo.

(B) admitida, desde que o acréscimo de receita seja destinado ao aumento das despesas de capital constantes do projeto.

(C) admitida, desde que acompanhada de demonstrativo da evolução da receita nos últimos cinco anos e da projeção para os três seguintes.

(D) vedada, cabendo ao Poder Executivo incorporar os efeitos da nova lei durante a execução, por meio da abertura de créditos suplementares.

(E) admitida, uma vez que está comprovada omissão de ordem legal na previsão encaminhada pelo Poder Executivo.

93. Um Estado pretende prorrogar, por mais dois anos, crédito presumido de imposto estadual concedido a determinado setor econômico, cuja vigência se encerraria em dezembro de 2026. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na redação vigente, essa prorrogação

(A) pode ter seus efeitos compensados por meio de operação de crédito contratada no mesmo exercício, observadas as demais exigências legais.

(B) dispensa as exigências aplicáveis à concessão do benefício, pois apenas mantém renúncia já considerada nas estimativas de receita de exercícios anteriores.

(C) deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro restrita ao exercício em que deva iniciar sua vigência, além de atender à lei de diretrizes orçamentárias.

(D) deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, além de atender à lei de diretrizes orçamentárias e a ao menos uma das condições legais.

(E) pode entrar em vigor imediatamente, desde que as medidas de compensação por aumento de receita sejam implementadas até o final do exercício seguinte.

---

94. Os dados a seguir referem-se a um Estado e correspondem ao somatório do mês de referência e dos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades:

- Receitas correntes arrecadadas: R$ 50 bilhões, nelas incluídos R$ 800 milhões de transferências voluntárias recebidas da União por meio de convênios, sem relação com emendas parlamentares
- Parcelas de impostos entregues aos Municípios por determinação constitucional: R$ 9 bilhões
- Contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência: R$ 1,5 bilhão
- Receitas provenientes da compensação financeira entre regimes de previdência, de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal: R$ 200 milhões
- Receitas de operações de crédito: R$ 3 bilhões

As parcelas entregues aos Municípios, a contribuição dos servidores e as receitas da compensação financeira estão compreendidas no total das receitas correntes arrecadadas. Com base na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado é de

(A) R$ 42,3 bilhões.

(B) R$ 39,3 bilhões.

(C) R$ 39,5 bilhões.

(D) R$ 40,8 bilhões.

(E) R$ 38,5 bilhões.

---

95. Uma secretaria estadual pretende expandir o programa de transporte escolar, o que acarretará aumento da despesa a partir do segundo semestre do exercício. A contratação dos serviços adicionais ainda não foi iniciada. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa exigidas para essa expansão

(A) podem ser apresentadas até a liquidação da despesa, momento em que se verifica o direito adquirido pelo credor.

(B) podem ser dispensadas quando a despesa estiver abrangida por crédito genérico da lei orçamentária anual.

(C) são exigidas nos casos em que o aumento de despesa ultrapasse o exercício financeiro em curso.

(D) constituem condição prévia para a licitação e para o empenho relativos aos serviços adicionais.

(E) são dispensadas para as despesas consideradas irrelevantes, conforme definição em ato do próprio ordenador.

---

96. Lei estadual instituiu programa de bolsas mensais para estudantes do ensino médio da rede pública estadual, por prazo indeterminado, com pagamentos a partir do exercício seguinte ao de sua publicação. Para compensar os efeitos financeiros da nova despesa nos períodos seguintes, o Poder Executivo apresentou as seguintes medidas:

I. Elevação da alíquota de imposto estadual.

II. Aumento de arrecadação esperado em razão do crescimento real da economia.

III. Extinção de programa de subvenção econômica de caráter continuado, com redução permanente da despesa correspondente.

IV. Ingresso de recursos provenientes da alienação de participação acionária em empresa estatal.

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), são aptas a compensar a nova despesa APENAS as medidas

(A) I e II.

(B) II e III.

(C) II e IV.

(D) III e IV.

(E) I e III.

97. Considere os seguintes compromissos de um Estado:

I. Operação de crédito com prazo de amortização de oito meses, cuja receita constou da lei orçamentária.

II. Precatórios judiciais incluídos na lei orçamentária e não pagos durante a execução do respectivo orçamento.

III. Operação de crédito por antecipação de receita contratada em março e integralmente liquidada até 10 de dezembro do mesmo exercício.

IV. Dívida reconhecida pelo Estado em instrumento de confissão de dívida, com pagamento parcelado em sessenta meses.

Para fins de aplicação dos limites de endividamento previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), integram a dívida pública consolidada do Estado APENAS os compromissos

(A) I e II.

(B) II e IV.

(C) I, II e IV.

(D) I e IV.

(E) II, III e IV.

98. Um Estado concedeu garantia a operação de crédito contratada por um Município junto a instituição financeira. Posteriormente, o Município deixou de pagar as parcelas devidas, e o Estado honrou a dívida. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

(A) o Município poderá contratar novas operações de crédito, desde que ofereça ao credor contragarantia adicional em valor igual ao da dívida honrada.

(B) o Estado poderia ter dispensado a contragarantia na concessão da garantia, por se tratar de ente situado em seu próprio território.

(C) a contragarantia exigida do Município não poderia consistir na vinculação de receitas provenientes de transferências constitucionais.

(D) o Estado poderá condicionar as transferências constitucionais devidas ao Município ao ressarcimento do valor pago.

(E) a contragarantia exigida do Município poderia ter valor equivalente a apenas metade do valor da garantia concedida.

99. No último ano de seu mandato, o chefe do Poder Executivo de um Estado firmou, em junho, contrato de aquisição de equipamentos, entregues e aceitos em julho, com pagamento em duas parcelas: R$ 90 milhões em dezembro do mesmo exercício e R$ 60 milhões em março do exercício seguinte. Na mesma fonte de recursos, a disponibilidade de caixa projetada para 31 de dezembro, antes de deduzidos os compromissos do exercício, era de R$ 500 milhões, e os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício somavam R$ 470 milhões, já incluída a parcela de dezembro do novo contrato. Considerando a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a celebração desse contrato

(A) observou a lei, pois a disponibilidade de caixa projetada, de R$ 500 milhões, supera o valor da parcela a ser paga no exercício seguinte.

(B) infringiu a lei, pois a disponibilidade líquida projetada, de R$ 30 milhões, é insuficiente para a parcela a ser paga no exercício seguinte.

(C) observou a lei, pois a restrição legal alcança as obrigações contraídas nos últimos cento e oitenta dias do mandato.

(D) infringiu a lei, pois é vedado ao titular de Poder, no último ano de mandato, contrair obrigação de despesa com parcelas a serem pagas no exercício seguinte.

(E) observou a lei, pois a suficiência de caixa é aferida com base na arrecadação prevista para o exercício seguinte.

100. Considere os seguintes demonstrativos, exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referentes ao Poder Executivo de um Estado:

I. Resultados nominal e primário.

II. Comparativo do montante das garantias concedidas com o respectivo limite.

III. Projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

IV. Montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro.

Considerando o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), esses demonstrativos integram ou acompanham, respectivamente, o

(A) RREO de cada bimestre, o RGF de cada quadrimestre, o RREO do último bimestre e o RGF do último quadrimestre.

(B) RGF de cada quadrimestre, o RGF de cada quadrimestre, o RREO do último bimestre e o RGF do último quadrimestre.

(C) RREO de cada quadrimestre, o RGF do último bimestre, o RREO do último bimestre e o RGF do último quadrimestre.

(D) RREO de cada bimestre, o RGF de cada quadrimestre, o RREO de cada bimestre e o RGF do último quadrimestre.

(E) RREO de cada quadrimestre, o RGF de cada bimestre, o RREO do último bimestre e o RREO do último bimestre.